

PORTO E RIBADOURO NO SÉCULO XVII:
A COMPLEMENTARIDADE IMPOSTA
PELA NATUREZA *

Por Francisco Ribeiro da Silva

1 — A cidade do Porto, como todas as cidades e vilas importantes do Ocidente e do mundo civilizado do antigo regime não se esgotava no espaço circunscrito pela linha de muralhas. Expandiu-se para os arrabaldes e prolongava o seu domínio por uma área rural muito ampla a que se chamava *o Termo*.

Não existindo praticamente sector primário dentro de muros, o Porto (como todas as cidades de semelhante estrutura económica¹) não poderia sobreviver sem o apoio dos lugares vizinhos.

A interdependência logística era já razão suficiente para se falar de uma certa unidade territorial deste espaço à volta da cidade que se prolongava para a margem sul do rio Douro. Mas, para além disso, o burgo exercia sobre o Termo uma inegável atracção centrípeta, de raiz económico-política a qual aparecia expressa na centralização institucional: a Câmara do Porto, através dos seus Vereadores e do Juiz de Fora, exercia, em nome do Rei, um verdadeiro poder absoluto sobre os concelhos

* Este texto é a versão portuguesa de uma comunicação apresentada em Bordéus nas II Jornadas de Estudo Norte de Portugal — Aquitânia.

¹ BENNASSAR, Bartolomé, *Valladolid en el siglo de oro. Una ciudad de Castilla y su entorno agrario en el siglo XVI*, Valladolid, 1983, p. 586.

limitrofes, confirmando e nomeando pequenas autoridades, estabelecendo preços e regras de comércio, julgando litígios, impondo penas e várias obrigações.

Mas não eram apenas as malhas da organização municipal que entrelaçavam todo o espaço. A divisão administrativo-judicial reforçou, talvez, a unidade do conjunto.

É verdade que o aro da Comarca do Porto, tal como saiu da reforma joanina, não coincidia exactamente com o Termo da cidade. Abriu-se um pouco para a margem direita do Ave, abrangendo Vila do Conde e Póvoa de Varzim (terras do Duque de Bragança) e estendeu-se para leste, incluindo os concelhos de Porto Carreiro, Soalhães, Bem Viver e Baião. Mas não dividiu o núcleo administrativo fundamental que remontava ao século XIV. Apenas o alargou.

Mas as solidariedades de vizinhança e as determinações institucionais não esgotam as possibilidades de construção de espaços de identidade regional. A ligação recíproca entre regiões pode nascer da convergência durável de vantagens mútuas e de complementaridades sugeridas pela geografia.

Julgamos, assim, que entre o Porto e a região de Ribadouro se desenvolveu, ao longo do século XVII, na continuidade de tendências anteriores, uma profunda comunhão de interesses que, de alguma forma, a geografia impunha. Antes de mais, a natureza proporcionava uma via de comunicação fácil e cómoda, utilizável durante a maior parte do ano: era o rio Douro navegável num percurso de mais de vinte léguas, para montante, até ao lugar do Cachão, próximo de S. João da Pesqueira².

Em todas as épocas, as boas vias de comunicação foram, ao mesmo tempo, condição indispensável e causa eficiente do estabelecimento de ligações e solidariedade de regiões afastadas entre si.

A acrescentar a isto, as terras de Ribadouro continham potencialidades de produção de géneros de enorme valia e grande procura as quais, para serem dinamizadas, apenas necessitavam de mercados e vias de escoamento.

Ora o Porto, segunda cidade do Reino, capital de um amplo *hinterland*, assegurava o consumo de grande parte da produção; por outro lado, situado junto da foz do rio, aberto para a Europa e para o Novo Mundo, o burgo portuense poderia funcionar também como mercado intermediário e entreposto comercial.

² NOVAES, Manuel Pereira de, *Anacrisis historial*, vol. II, Porto, 1913, p. 242 e COSTA, Padre Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2.^a ed., Porto, 1945, p. 234.

Bastava que os produtos durienses lá pudessem chegar em boas condições.

Quanto a vias de escoamento, o rio seria, como dissemos, a estrada natural. Era preciso apenas organizar percursos terrestres que facilitassem a chegada dos produtos aos diversos portos fluviais que se foram aprontando.

Assim sendo, progressivamente se estabeleceu entre Ribadouro e o Porto um intercâmbio de pessoas e bens que os barqueiros do Douro asseguraram.

Nos fins do século XVI, precisamente em 1588, trabalhavam nessa labuta pelo menos 28 homens, cujos nomes identificámos³. Esse número terá naturalmente crescido. Mas a lista dos arrais que, em 1763, trabalharam para Luís Beleza de Andrade, primeiro Provedor da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, não continha mais que 30 nomes!⁴

2 — Que produtos eram transportados?

2.1 — Em primeiro lugar, o vinho.

Para calcularmos o volume do precioso líquido metido na cidade do Porto não conhecemos outra fonte senão os livros da *Imposição do vinho*, nos quais deviam ser registadas todas as pipas entradas, estivessem ou não obrigadas ao imposto (que, no século XVII, era de 160 réis por pipa). Sabemos por referências documentais que existiram outras fontes fiscais. É que este produto, além da Imposição, era onerado com mais dois impostos, cobrados por entidades distintas e affectos a cofres diferentes: o imposto da *sisa* (200 réis/pipa para a Fazenda Real) e o imposto da *entrada* simplesmente (30 réis/pipa, para as rendas municipais.).

De cada um desses impostos, houve registos próprios. Infelizmente, tanto quanto sabemos, não chegaram até nós senão os da Imposição e com bastantes lacunas.

Apenas subsiste um problema. É que a fonte não nos permite distinguir com clareza e sem margem para dúvidas as quantidades de vinho verde metido na cidade e que, naturalmente, não procediam de Ribadouro.

Estamos todavia convencidos de que a maior parte de vinho registado nos livros era maduro, branco e vermelho, e provinha de Cima do Douro. Porquê?

³ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) *Livro de Vereações* (LV) n.º 27, passim.

⁴ AHMP, *Imposição do vinho*, L. 30, fls. 18-20.

a) — Porque, em 1626, (ano em que os registos são particularmente pormenorizados) dos 230 manifestantes, 85 (36,9%) eram residentes nessa região⁵.

b) — Porque temos notícias que dos 95 residentes no Porto (continuamos a falar dos manifestantes de 1626) muitos iam a Ribadouro comprar vinhos para revender. Já em 1587 os Procuradores do Povo se queixavam de que, para além dos mesterais que abandonavam seus ofícios, muitos dos retornados da Índia e do Brasil se dirigiam ao Douro a mercar vinhos, provocando indesejáveis subidas de preços⁶.

c) — Porque temos testemunhos directos que nos reafirmam e consolidam essa convicção: em Acta da Câmara de 17 de Agosto de 1647 declara-se que entravam na Cidade, cada ano, cerca de 20.000 pipas de *vinho de Lamego*⁷. Ainda que os números se mostrem nitidamente arredondados, permanece a certeza de que as pipas registadas nos livros da Imposição continham vinhos que, na sua grande maioria, eram maduros.

Para fazermos ideia do valor deste tráfego, diremos que, em 1626, o total de pipas manifestadas atingiu as 16.821 das quais 6.385 (37,9%) foram exportadas, sendo presumivelmente consumidas na cidade e arrabaldes 10.436 (62%).

Mas se alargarmos o nosso estudo a um período mais vasto (e nós fizemo-lo para um ciclo de 21 anos entre 1620 e 1640 e já retomámos a pesquisa no sentido de abrangermos todo o século XVII) vinca-se-nos a ideia de que o vinho constituiu nos primórdios do século XVII (e até já nos fins do século XVI) um forte elemento de solidariedade entre as duas regiões.

Assim, naquele lapso de tempo, manifestaram vinhos à Imposição 1.043 pessoas. Destas, residiam nas terras do Douro 427 (40,9%). Viviam na cidade do Porto e arrabaldes 385 (36,9%) as quais, já o dissemos, na sua maior parte iam comprar os vinhos a Ribadouro.

Não era apenas o produto. Eram as pessoas que com ele lidavam quem estabelecia ligações e identidades.

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, I vol., Porto, 1988, p. 147.

⁶ AHMP, LV 27, fl. 257v.

⁷ AHMP, LV 51, fls. 87v. e 90.

Algumas, aliás, declaravam dupla residência na cidade do Porto e nas terras do Douro. O número dos que expressamente o fizeram é reduzido: apenas 6. Mas a quantidade real dos que possuíam terras de produção no Douro e residiam na cidade era bastante mais elevado. Basta dizer que, durante este período, pelo menos 60 cidadãos declaram vinhos à Imposição. E destes, pelo menos 19 foram Vereadores, isto é, pertenciam à alta aristocracia urbana. Estes 19 seguramente possuíam terras ou rendas na zona vinícola.

A aristocracia do Porto não será ainda a aristocracia do vinho mas muitos fidalgos eram donos de quintas em Ribadouro. Alguns nomes poderemos citar: Gaspar Nunes Barreto, Diogo Álvares Leite, Bento de Aguiar Caldeira, Frei Luís Álvares de Távora (Balio de Leça), Bento Pereira Leite, etc.

A solidariedade entre as duas regiões exprimia-se ainda no facto de a cidade servir de entreposto comercial nos dois sentidos ascendente e descendente. No respeitante ao vinho, é sabido que hoje em dia a etiqueta «vinho do Porto» identifica duas áreas geográficas: a que o produz e a que o envelhece e o exporta.

Mas no século XVII existiria tal associação?

Certamente que ela não era nítida. Novaes, nos fins de seiscentos, ainda chama ao vinho do Douro, «vinho de Lamego»⁸. Segundo um estudo recente, discutível, aliás, em vários aspectos, só os ingleses chamavam «vinho do Porto» ao vinho produzido no Douro⁹.

A ser assim, as circunstâncias que favoreceram a associação devem ter-se desencadeado logo no início da 2.ª metade do século XVII. Com efeito, até 1650 o vinho «fino» exportado pelo Porto dirige-se principalmente aos mercados do Reino (Lisboa, Setúbal), das colónias (Brasil, Angola) e da Galiza. Não encontramos provas documentais inofismáveis da sua exportação para o norte da Europa, isto obviamente no tocante ao século XVII.

Mas em 1651, (julgamos que isto é publicado pela primeira vez) um inglês, Richart Perez, exportou para Inglaterra 56 pipas do precioso líquido que mandara comprar «asima do douro»¹⁰. Em 1652 são já, pelo menos, três os ingleses a prosseguir o negócio: Rolant Hill (70 pipas), Miguel Tonsend (63 pipas), Anrique Manim (20 pipas) — 153 pipas no total¹¹.

⁸ NOVAES, Manuel Pereira de, *o.c.*, p. 242.

⁹ SCHNEIDER, Susan, *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*. Lisboa, 1980, p. 47.

¹⁰ AHMP, *Imposição do vinho*, L. 36, fl. 189.

¹¹ AHMP, *Imposição do vinho*, L. 37, fls. 123, 129 e 136.

Não se trata, por certo, de vinho do Porto. Mas o processo que levará à fixação da etiqueta estava em marcha!

A solidariedade entre as duas regiões, apoiada no vinho, terá ainda outra expressão porventura menos simpática mas muito pragmática: é que os direitos cobrados pela Imposição custearam as obras públicas da cidade e arrabaldes, tais como reconstrução de calçadas e fontes, abastecimento de água, ampliação do cais da Ribeira, levantamento do açougue novo, etc.

A totalidade das receitas angariadas por este meio e para aquela finalidade, atingiu entre 1620 e 1640, a cifra enorme de 31.365\$000 réis¹².

Mas o vinho não era o único produto duriense a ser consumido e exportado pelo Porto. Também o azeite, os citrinos (principalmente as laranjas da China) e o sumagre alcançaram lugar de grande relevo, como o confirma um estudo estatístico recentemente publicado¹³.

2.2 — Debrucemo-nos por alguns instantes sobre o sumagre, porquanto trata-se de uma mercadoria que merece muito mais atenção do que a que lhe tem sido dada.

Como se sabe, o sumagre ou sumagreira é uma planta de baixo porte que produz rebentos e folhas que, depois de desenvolvidas, eram cortadas e estendidas ao sol, sendo depois batidas por mangoais e reduzidas a pó em atafonas adequadas¹⁴.

No Alto Douro, em ambas as margens do rio, os sumagrais cresciam espontaneamente ou eram plantados de estaca nas encostas mais pobres. O fomento do cultivo da vinha na primeira metade do século XVIII terá feito desaparecer grande parte destas plantas. A espécie ainda brota espontânea na região mas hoje não passa de um arbusto daninho.

O pó obtido por trituração a que também se chamava sumagre, mostrou-se de grande utilidade e eficácia no curtimento de peles. Assim sendo, era muito procurado pelos mercadores estrangeiros, especialmente flamengos, alemães e ingleses.

As primeiras notícias que temos da sua exportação reportam-se a 1584: nesse ano, António Reimão, mercador de Bristol, levou 200

¹² SILVA, Francisco Ribeiro da, o.c., p. 154.

¹³ SANTOS, Cândido dos, *Para a História do comércio português. Movimento de saída dos barcos pela barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801*, in «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, 2.ª série, vol. 2, Porto, 1984, pp. 123-237.

¹⁴ LEAL, AUGUSTO Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, Lisboa, 1886, pp. 840-841.

arrobas para o seu país. O seu compatriota Anrique Soli, comprou 210 arrobas¹⁵.

Nos fins do século XVI, a procura do sumagre era notável não só por parte dos nacionais como dos estrangeiros os quais ofereciam preços tão elevados que os sapateiros portuenses experimentavam grande dificuldade em vencer a concorrência e adquirir o produto. Não tendo outros argumentos mais eficazes, os Procuradores do Povo conseguiram pela via administrativa atenuar a porfia levando o Senado a promulgar um acórdão pelo qual se ordenava que, pelo menos, metade do produto desembarcado ficasse na cidade para nela ser consumido¹⁶.

Tal decreto, porém, não gozou de fácil acatamento porque:

1.º — não era normal que a cidade pudesse reter para consumo local mais que a terça parte dos géneros vindos do Douro;

2.º — os estrangeiros cobriam todas as ofertas dos nacionais, pelo que era difícil aos produtores e mercadores portugueses abdicarem da obtenção dos lucros decorrentes.

Para que a determinação camarária fosse cumprida, as autoridades municipais não acharam melhor remédio do que criar uma apertada malha de controlo do produto armazenado e fixar preços bastante vantajosos: 160 réis a arroba — o que significava um aumento superior a 100% relativamente ao preço médio corrente antes da procura dos estrangeiros¹⁷.

Será possível fixar as quantidades de sumagre entradas na cidade do Porto?

De momento não conhecemos documentação que no-lo permita. Diremos, no entanto, que em Dezembro de 1590 atracaram no cais da Ribeira, em escassos 5 dias, 13 barcos carregados da mercadoria, sendo seus donos vários mercadores de grosso trato¹⁸. Chegou-nos ainda uma declaração relativa a 1627 segundo a qual a quantidade de sumagre que cada ano era desembarcada atingia os 20.000 sacos¹⁹. Sabendo nós que cada saco continha em média 20 arrobas, parece seguro que, por mais simbólica ou arredondada que se mostre aquela cifra, era muito importante o volume de sumagre comercializado no Porto seiscentista.

¹⁵ Arquivo Distrital do do Porto (ADP), *Cabido*, Livro 110, fls. 14v. e 29.

¹⁶ AHMP, LV 28, fl. 94v.

¹⁷ AHMP, LV 27, fls. 387v.-389.

¹⁸ AHMP, *Livro dos Terços*, fls. 2-14.

¹⁹ AHMP, *Sentenças*. L. 3, fls. 78-79.

Neste sentido, compreende-se e aceita-se a afirmação de Novaes de que «este es uno de los mejores comercios de los mercadores desta ciudad y de los factores de los desas partes [de Amburgo y otras ansiaticas de Alemania]²⁰.

Mas se, por agora, não temos meio de conhecer quantidades produzidas, resta-nos a possibilidade de, através dos *livros de portagem* do Cabido, conservados no Arquivo Distrital do Porto, calcularmos o volume das exportações no tocante a alguns dos últimos anos do século XVII. É um trabalho de pesquisa que temos presentemente em mãos. Infelizmente, de momento não possuímos dados senão para o ano de 1667, os quais aqui apresentamos sinteticamente e em primeira mão.

Assim, na totalidade foram exportadas 54.204 arrobas.

Parte deste volume, precisamente 20.480 arrobas (37,7%) foram vendidas para Lisboa, ao longo de todo o ano, com relevância para os meses de Maio, Junho e Novembro.

Uma porção mais considerável, concretamente 33.724 arrobas (62,2%) foram embarcadas para países estrangeiros, a saber: Alemanha, Inglaterra, França e Holanda. Vejamos em pormenor:

— para Hamburgo foram remetidas	15.620	arrobas	—	46,3%	
— para Londres	»	»	13.320	»	— 39,4%
— para Roterdão	»	»	2.550	»	— 7,5%
— para Rouen	»	»	1.114	»	— 3,3%
— para La Rochelle	»	»	200	»	— 0,5%
— para outras cidades cuja identificação se nos mostrou difícil (Topsam, Assam, Papaxam)	920	arrobas	—	2,7%	

Os meses mais favoráveis coincidiram com as épocas mais propícias para a navegação no Atlântico: Abril (11.184 arrobas — 33,1%), Maio (9.570 arrobas — 28,3%) e Julho (6.330 arrobas — 18,7%)²¹.

Por curiosidade, lembraremos que em 1786 foram exportadas somente 30.000 arrobas²².

Infelizmente, por enquanto, desconhecemos o preço corrente da época. Mas, uma coisa é certa: no século XVII (primeiros três quartos) o sumagre pesava muito mais que o vinho nas exportações para o estrangeiro feitas através da barra do Douro.

²⁰ NOVAES, Manuel Pereira de, o.c., p. 243.

²¹ ADP, *Cabido*. L. 151, passim.

²² COSTA, P.º Agostinho Rebelo da, o.c., p. 272.

3 — Mas, como dissemos, as relações do Porto com Ribadouro situavam-se em nível de complementaridade. Pelo rio fora ou por terra, o Porto abastecia o Douro de vários géneros importantes como o pão, o açúcar, o peixe seco, o sal, o vasilhame para vinho, os panos e instrumentos vários.

Não conhecemos fontes que nos possibilitem a quantificação de tais produtos. Algumas notícias podemos, no entanto, fornecer. Assim, sabemos que nos primórdios do século XVII o Balio de Leça comprava vinho a dinheiro mas também a troco de quantidades de pão²³. Na mesma altura, precisamente em 1599, a Câmara do Porto autorizava o fornecimento de 3.000 alqueires de pão a Lamego²⁴. Sendo tão frequentes os acórdãos a proibir a saída de cereal da cidade, parece importante sublinhar esta excepção que, não sendo única, conheceu opositores dentro da mesma Câmara.

Tão importantes ou mais que as mercadorias foram os intercâmbios e a mobilidade das pessoas.

Quantas, ao longo do século XVII que aqui nos ocupa, desceram e se fixaram na cidade? É uma pergunta a que gostaríamos de dar resposta ainda que aproximada.

E não terão existido movimentos de sentido contrário? Os retornados da Índia e do Brasil, de que falamos atrás, e os homens dos diversos ofícios que, nos fins do século XVI, se dirigiam ao Douro para mercadejarem vinhos não terão desempenhado papel estimulante e de fomento do cultivo da vinha e de outros géneros?

Tais movimentos e a complementaridade de interesses terão sido tão fortes a ponto de criarem uma identidade interregional? É a pergunta com que terminamos à qual, por enquanto, não ousamos dar resposta categórica.

²³ AHMP, *Sentenças*, L. 1, fls. 184-185.

²⁴ AHMP, *LV 35*, fl. 11.

